

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

# Uma justiça célere num tempo que corre devagar

Cada elemento deste tribunal desempenha o seu papel com excelência e dedicação

TEXTO REBECA RIBEIRO SILVA FOTOS ÁLVARO C. PEREIRA



São 11 horas quando chegamos ao imponente edifício que acolhe o Tribunal da Relação de Guimarães (TRG). Conhecido como Casa dos Coutos, no século XVIII foi a residência do arcebispo de Braga. Ficou conhecido como o “Palácio das 98 Janelas e 77 Portas”. Durante parte do século XIX albergou um hospital para clérigos, que seria depois vendido à família dos Coutos.

Percebemos mais tarde que foi por mero acaso que a Relação de Guimarães aqui veio “morar”. “Previa-se que

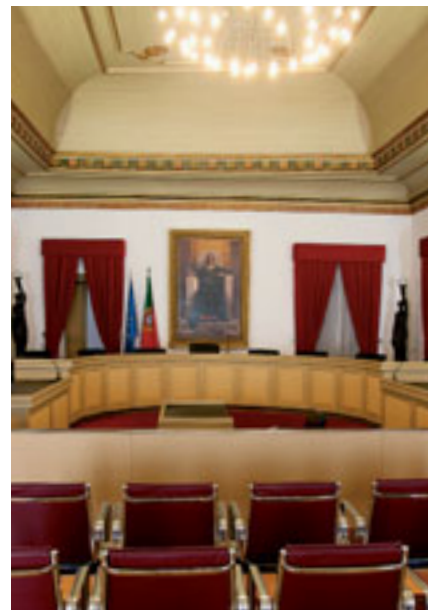
a Relação fosse para Braga. Na altura, o secretário-geral do Ministério da Justiça (MJ) passou por aqui e achou este edifício [ainda devoluto] fantástico para ser o Tribunal. Temos uma grande vantagem em ser um edifício da Câmara, que fez uma parceria com o MJ, pelo que não pagamos renda”, explica António Alberto Rodrigues Ribeiro, juiz presidente.

Por engano entrámos pela porta das traseiras, mas a funcionária rapidamente nos conduziu à presença de Jorge Santos, o secretário do Tribunal. Foi com ele que iniciámos a visita às Secções Criminal e

Cível, por entre as paredes de pedra secular. O TRG funciona desde 2 de abril de 2002. Guimarães está integrada no Distrito Judicial do Porto, o que torna este Tribunal atípico no panorama nacional, uma vez que é a única Relação que não é também distrito. Durante o ano de 2010 foram proferidas 2789 decisões, com uma pendência de 948 processos para 2011.

## UM DIA DE SESSÃO

Chegamos em dia de sessão. O ambiente de azáfama fazia-se sentir na sala onde funcionam as Secções Penal e 1.ª e 2.ª Cí-



SALA de sessões e sala de audiências



SECÇÕES Cível e Criminal

vel. Ainda assim, conseguimos falar com as responsáveis das secções, Filomena Freitas e Rosária Gonçalves.

O Tribunal da Relação é, sobretudo, um tribunal de recurso, com algumas exceções, como processos contra magistrados ou revisão de sentença estrangeira.

Os processos das Secções Cível são processos virtuais; tudo é remetido eletronicamente. Só são impressas as peças fundamentais do processo. “Já em Penal todo o processo é físico”, explica Filomena Freitas.

O trabalho que se faz neste gabinete é uma peça chave. “Quando o processo chega, damos uma vista de olhos e vamos ver se as peças fundamentais estão todas

lá; se sim, entregamo-lo ao Sr. Relator”, conta Rosária Gonçalves. “Se vier tudo organizado da 1.ª instância, chega aqui e é ágil. Às vezes, o maior problema é quando se deteta que falta isto, falta aquilo, afinal aquilo também era preciso... O desembargador vê que há mais um elemento que está em falta, e temos de voltar a pedir à 1.ª instância. Tudo isso atrasa”, acrescenta.

Os desembargadores não têm acesso ao Citius, “mas isso não põe em causa nem a celeridade nem a análise que é feita do processo”, comenta Jorge Santos. Percebemos que Rosária Gonçalves simpatiza com o programa, “para nós seria mais fácil termos também o Citius”, comenta.

O quadro de recursos humanos não está completo, mas o Tribunal possui o que Jorge Santos define como “recursos adequados”.

Com um sorriso, Rosário Gonçalves comenta: “Temos de trabalhar certinho. E isto não quer dizer que às 17 horas fechemos a secretária e vamos embora. Temos de ficar mais um bocadinho...”.

Passamos pelo Departamento Administrativo, amplo e arejado. Encontramos Ana Silva, coordenadora técnica da área administrativa, que nos explicou o dia a dia deste área, que trata das aquisições de serviço, das compras de escritório, da justificação de faltas dos magistrados judiciais da 1.ª instância, entre outros. Também neste departamento os recursos são suficientes, mas Ana Silva enfatiza que não há pessoas a sobrar: “Se houver uma baixa prolongada, um colega concorrer para outro serviço, ou se algum de nós se aposentar, ficamos muito sobrecarregados”, comenta.

Como nos confessou Jorge Santos, “seleccionámos os melhores funcionários para trabalhar connosco”. Do seu comentário depreendemos que se o trabalho preparatório for de excelência, será mais fácil para os desembargadores e procuradores trabalharem sobre os processos.

#### MAIS PROCESSOS A CADA ANO

António Alberto Rodrigues Ribeiro ocupa o cargo de juiz presidente desde abril de 2011. Está na Relação desde 2003. Nos oito anos que já viveu no TRG repara ▶



**FILOMENA FREITAS**, Rosária Gonçalves e Jorge Santos



**ANTÓNIO** Alberto Rodrigues Ribeiro, juiz presidente

que o número de processos aumenta de ano para ano.

Do trabalho com que se depara um desembargador, uma das tarefas mais penosas é ter de ouvir todo o julgamento gravado quando é impugnada a matéria de facto quer no processo cível quer no penal. “É algo que demora muito tempo”, comenta o juiz presidente. “Mesmo assim, não temos problemas de atraso significativo. Cada processo demora entre dois meses e meio a três meses para ser decidido”, acrescenta.

Dos casos mediáticos que passaram por Guimarães António Alberto Rodrigues Ribeiro recorda o mais recente: a história do Euromilhões protagonizada por um casal de namorados de Barcelos. “Aqui foi decidido, tal como na 1.ª instância, que ficaria metade do prémio para cada um.”

Mas será que os recursos que chegam à Relação são sempre merecedores de

recurso? A resposta foi aparentemente simples: “A maior parte deles não são”, e explica-nos o que para si faz com que sejam tantos os recursos. “Temos um País onde exercem advocacia perto de 20 mil advogados (embora o número total de advogados seja ainda superior); ora, este número quase ultrapassa os advogados que existem em Espanha e França todos juntos. É natural que seja necessário existirem muitos processos...”, comenta. “Quem tem culpa não são os próprios. Quem propicia que isso aconteça é quem governa. Haveria um vasto caminho a percorrer para melhorar as coisas. Alterar por alterar não serve para nada”, enfatiza.

O “NÚCLEO DURO”  
DESTA RELAÇÃO É MAIS  
PEQUENO

### O AMBIENTE CALMO DO TRG

O juiz presidente seguiu connosco, proporcionando-nos uma agradável visita pelo edifício. Cada pormenor foi recuperado com rigor. O elevador é de vidro, deixando visível o tabique das paredes. As instalações são quase perfeitas. A sala de sessões é ampla. António Alberto Rodrigues Ribeiro recorda que hoje grande parte da discussão sobre os acórdãos é feita por *e-mail*. “Quando nos reunimos para assinar os acórdãos, a decisão já está tomada”, comenta.

Na sala de audiências sobressai o magnífico teto recuperado. O corredor dos gabinetes é comprido e luminoso. Os desembargadores não têm gabinetes individuais, mas partilhados.

Atualmente, a Relação de Guimarães conta com 39 juizes, menos cinco que em 2010. “Cortaram-nos no quadro por falta de juizes; este ano não houve curso



no CEJ para os juizes para comarcas de 1.ª instância. Isso implica maior volume de trabalho, o que não afeta o número de pendências; os colegas preferem trabalhar mais”, comenta o juiz presidente.

A Relação de Guimarães está afastada dos grandes centros, e isso torna-a menos pretendida. Os desembargadores concorrem para áreas mais próximas da sua residência, o que faz com que haja muita rotatividade. “Todos os anos saem dez elementos e entram dez, e às vezes é pena. Criam-se equipas que funcionavam bem e que acabam por se perder. O ‘núcleo duro’ desta Relação é mais pequeno”, comenta António Alberto Rodrigues Ribeiro.

### UM TRABALHO SOLITÁRIO

Já perto da hora de almoço fomos ter com Vinício Ribeiro, o procurador-geral adjunto, coordenador do Ministério Público no TRG. A escassez de procuradores é um dos principais constrangimentos que enfrenta. “Para além de mim, estão mais quatro. Este número é insuficiente. Tem de haver uma certa proporção de procuradores para juizes desembargadores, e aqui a proporção está desequilibrada, faz falta pelo menos mais um elemento”, comenta.

Os grandes processos que passaram pela Relação não o intimidam. Recordo o processo Pimenta Machado, o processo Louro e o Fátima Felgueiras, que diz serem processos mais volumosos e cuja



### FALTA-NOS PELO MENOS MAIS UM ELEMENTO

análise é mais complicada, e onde a comunicação social está de olhos postos, “mas são despachados como todos os outros”, afirma com precisão.

Para Vinício Ribeiro muitos dos recursos que chegam à Relação são apenas para protelar o desfecho do caso, outros apresentam muitas deficiências. “Nem sempre as peças vêm bem feitas, e isso deve-se à falta de formação ou à pressão do serviço. Se tudo estiver correto, os processos andam mais depressa”, co-

**VINÍCIO RIBEIRO**, procurador-geral adjunto do Ministério Público

menta. Para o procurador-geral adjunto o grande problema dos processos é na 1.ª instância. “As exigências são outras, há muitas pessoas que têm de ser ouvidas. Já para não falar nos processos mediáticos, com mais de 800 testemunhas, pelo que é muito difícil fazer justiça. Nos Tribunais da Relação os processos são mais céleres”, acrescenta. Vinício Ribeiro trabalhou mais de 20 anos na 1.ª instância. “Aqui, o ambiente é outro. Na 1.ª instância há muito contacto pessoal, com colegas, com advogados, com o público... Aqui o trabalho é mais solitário. A pessoa trabalha sozinha em casa muito tempo, há um isolamento e uma mudança de vida que é preciso ter um certo arcaboço para aguentar. Há um degrau que tem de se ultrapassar”, comenta.

Para o procurador-geral adjunto, apesar de a Relação não ser uma casa muito antiga, está bem consolidada. “A jurisprudência tem alguma qualidade, está no bom caminho, penso eu... é a minha visão”, conclui.

Longe da “lufa-lufa” dos tribunais da 1.ª instância, onde o tempo corre mais rápido, o ambiente na Relação é calmo. Magistrados, procuradores e funcionários judiciais trabalham juntos, com perfeição, por uma justiça melhor e mais célere. ■